



Interpeleção Oral

Sob o lema de governação “Sinergias e Avanço, Mudanças e Inovação”, o novo Governo vai incluir na sua agenda o aprofundamento da reforma da administração pública, na esperança de assegurar uma boa governação. A apresentação de novos pensamentos e várias ideias para a reforma da administração pública demonstra o espírito progressista do novo Governo e a coragem para assumir as responsabilidades, permitindo que a sociedade deposite as suas expectativas no novo Governo em relação à concretização efectiva das políticas de “racionalização de quadros e simplificação administrativa” e de “simplificar procedimentos, conferir competências”.

Neste momento, para concretizar a reforma do regime administrativo, o Governo deve fazer bem os trabalhos em duas vertentes: primeiro, criar uma equipa de quadros qualificados para a reforma do regime de recrutamento; e segundo, reorganizar o regime de competências e responsabilidades dos serviços públicos e concretizar a optimização e a reestruturação das funções dos serviços.

Quanto à reforma do regime de recrutamento dos funcionários públicos, o Comissariado de Auditoria detectou, no ano passado, lacunas no “Regime de recrutamento e selecção de trabalhadores para a Administração Pública”, isto é, “falta de noção geral”, “custos elevados e morosidade” no recrutamento, e “repetição de candidaturas”. Também acompanhei a

IO-2020-04-16-Si Ka Lon (p) MRB-APN



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

situação na Comissão de Acompanhamento para os Assuntos da Administração Pública, e levantei dúvidas sobre a relação custo/benefício dos concursos de recrutamento do Governo, em que a taxa de participação era de 30 a 40%. O Governo disse que ia estudar soluções para evitar o desperdício de recursos, mas, pelo visto, este regime não produz os devidos efeitos e afecta o normal funcionamento dos serviços, dificultando a formação de uma equipa de quadros qualificados.

Por outro lado, o surgimento de fenómenos como “uns com muito trabalho e outros sem nada para fazer” e “trabalho igual, salário diferente” nos serviços públicos tem sido alvo de críticas da sociedade. Quanto ao “Regime das carreiras dos trabalhadores dos serviços públicos”, que o Governo está a estudar há vários anos, trata-se apenas de um relatório final de conclusão da consulta pública, e quanto aos trabalhos de revisão da segunda fase, ainda não há uma calendarização para a reorganização do regime de competências e responsabilidades dos serviços públicos. O Governo deve proceder a uma reforma profunda do regime das carreiras, pois só assim é que será possível alcançar o princípio da boa governação no recrutamento, e concretizar a optimização e reestruturação das funções dos serviços públicos.

É difícil começar, e um bom início é metade do sucesso, portanto, espero que o Governo avance com uma governação científica e actue com pragmatismo e rigor, pois só assim será possível concretizar o seu plano de



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

acção governativa.

Pelo exposto, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Para formar uma equipa de quadros qualificados, o Governo deve fazer bem a reforma do regime de recrutamento. A Comissão de Acompanhamento para os Assuntos da Administração Pública tem dado acompanhamento ao Regime de recrutamento e selecção de trabalhadores para a Administração Pública, e na altura, o Governo afirmou que ia estudar a forma de erradicar as situações de baixa taxa de participação, por forma a evitar desperdício de recursos. Qual é o ponto de situação desse estudo? Existe alguma solução?
2. O Governo afirmou, recentemente, que já estava preparada a 2.^a fase dos trabalhos de elaboração do Regime das carreiras dos trabalhadores dos serviços públicos. Qual é o ponto da situação? Qual é o ponto de situação da reorganização do regime de competências e responsabilidades dos diversos serviços públicos? Quando é que se vai concretizar a optimização e a reestruturação das funções dos serviços públicos?

O Deputado à Assembleia Legislativa
da Região Administrativa Especial de Macau,

Si Ka Lon

16/04/2020

IO-2020-04-16-Si Ka Lon (p) MRB-APN